

Análise do gênero *contrato social* sob a perspectiva da *lingüística de corpus* e *textual-interativa*

Analysis of the genre *articles of organization* under the corpus linguistics and textual-interactive perspective

Adriane Orenha
UNESP/SJRP

Abstract

This paperwork aims at characterizing the genre *articles of organization*. In order to carry out this investigation, we extracted the data from a study corpus composed of articles of organization submitted to the process of sworn translation into Portuguese and English, as well as from two comparable corpora formed from articles of organization originally written in English and in Portuguese. From the analysis and staging of the documents, we proposed a topic structuring containing the minimum items necessary to write an articles of organization. In what refers to the investigated items, we could verify they are characterized by certain regularities in the use of some phraseological units which, as a consequence, enabled the characterization of the focused genre.

Keywords

Articles of organization; Genre analysis; Specialized phraseological units; Corpus linguistics; Textual interactive perspective.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo caracterizar o gênero *contrato social*. Para realizar a investigação ora proposta, extraímos os dados de um *corpus* de estudo constituído de contratos sociais traduzidos no modo juramentado para o português e para o inglês, bem como dois *corpora* comparáveis formados por contratos sociais originalmente escritos em inglês e em português. A partir da análise e segmentação dos documentos, propusemos uma estruturação tópica, da qual constarão os itens mínimos necessários para a elaboração de um contrato social. No que tange aos itens investigados, pudemos notar que são marcados por certas regularidades no uso de determinadas unidades fraseológicas que, por conseguinte, favoreceram a caracterização do gênero em questão.

Palavras-chave

Contrato social; Análise de gênero; Unidades fraseológicas especializadas; Linguística de *corpus*; Perspectiva textual-interativa.

0. Introdução

O termo *contrato*, de acordo com Silva (2007, p. 217), expressa a idéia do “ajuste, da convenção, do pacto ou da transação firmada ou acordada entre duas ou mais pessoas para um fim qualquer, ou seja, adquirir, resguardar, modificar ou extinguir direitos”. Ainda segundo o autor, o contrato “ocorre quando as partes contratantes, reciprocamente, ou uma delas assumam a obrigação de dar, fazer ou não fazer alguma coisa”.

Conforme tal conceituação, podemos esperar que o referido documento venha estabelecer uma série de obrigações e direitos por parte de ambas as partes contratantes, explicitar dados das pessoas envolvidas nesse contrato, entre outros acordos, os quais serão ajustados, consoante uma sucessão de passos já convencionalizados no discurso jurídico, regidos por normas e leis.

Por *contrato social*, entende-se aquele contrato “que constitui uma sociedade civil ou mercantil, regendo os direitos e deveres dela decorrentes” (DINIZ, 1998, v.1, p. 864). Em outras palavras, o *contrato social* “representa o entendimento dos sócios quanto aos seus direitos e deveres com vistas à realização do objeto da sociedade” (<http://www.fiesp.com.br/sindicalejuridico/secao2/secao3/index.asp?id=4269>).

Segundo a definição de contrato social, é possível notar que se trata de um documento específico, que vai expor assuntos relacionados à constituição de uma dada sociedade. Nesse sentido, Garner (2004, p. 120) entende que um contrato social (*articles of incorporation*¹) é “um documento que estabelece os termos básicos acerca da existência de uma empresa ou de uma sociedade anônima, inclusive o número ou a classe de ações, os propósitos e a duração da empresa ou da sociedade”.

Verificamos que a própria conceituação de contrato social implica a relação de compromisso entre as partes envolvidas, direcionando-nos à possibilidade de traçar algumas das características do gênero contrato social.

Os participantes de um contrato social (a sociedade em si) têm finalidades lucrativas e características peculiares. Desse modo, só poderão celebrar um

contrato social as pessoas que, de maneira recíproca, se obrigarem a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de uma dada atividade econômica, assim como a partilha, entre si, dos resultados.

Veremos, também, que a própria estrutura geral do contrato social nos norteará a delinear as especificidades do referido gênero, considerando que a estruturação tópica serve como fio condutor da organização textual-discursiva.

Além da demarcação da estrutura do contrato social, poderemos confirmar, no âmbito da Fraseologia, que os contratos sociais são marcados por certas regularidades no que concerne ao uso de determinadas unidades fraseológicas.

Dessa maneira, a fim de caracterizar o gênero *contrato social*, discutiremos algumas concepções sobre gêneros discursivos (BAKHTIN, 2000; BHATIA, 1993; MARCUSCHI, 2002; SWALES, 1990), e sobre a Fraseologia (BEVILACQUA, 2001; 2004; CORPAS PASTOR, 1996; GOUADEC, 1994).

Como nossa pesquisa também defende a concepção da linguagem, sob o enfoque textual-interativo, traçaremos algumas idéias, sob essa perspectiva. Em um contrato social – até mesmo antes de ser concebido, em sua fase de elaboração – é possível notar o aspecto interacional entre seus participantes. Os sócios devem seguir algumas recomendações, no sentido de, por exemplo, quem vai administrar a empresa, e de quais serão as condições para a decisão de assuntos importantes na sociedade. Isso implica dizer que toda e qualquer decisão deverá ser tomada com a participação dos sócios. Já as questões relacionadas à gestão da sociedade poderão ser decididas por administradores sócios ou não sócios. De qualquer maneira, supõe-se um ato interacional nessa tarefa.

Na seqüência deste estudo, passaremos à análise de alguns contratos sociais extraídos, segundo mencionamos, de nosso *corpus* de estudo formado por contratos sociais traduzidos no modo juramentado para o português e para o inglês, assim como dois *corpora* comparáveis formados por documentos de mesma natureza originalmente escritos em inglês e em português, no intuito de estabelecer as categorias presentes no referido tipo de documento e, como consequência, caracterizar o gênero contrato social.

Considerando que o tópico discursivo manifesta-se, no tipo de documento em questão, mediante normas e leis definidas e acordadas pelos participantes daquele contrato, apresentaremos, neste trabalho, uma das propriedades definidoras de tópico, a de *organicidade*, a qual se manifesta por relações de interdependência tópica que se estabelecem em dois planos – no *plano hierárquico* e no *plano linear*.

No que se refere às relações de interdependência entre os *níveis hierárquicos* de organização tópica, Jubran e Koch (2006) afirmam que estas dão origem a quadros tópicos, os quais são caracterizados por duas condições necessárias: centração num tópico mais abrangente (supertópico), que recobre e delimita a porção do texto em que ele é focal; e divisão interna desse supertópico em tópicos co-constituintes (subtópicos), situados numa mesma camada de organização tópica. No que concerne à *linearidade* na organização tópica, as estruturas tópicas dos contratos sociais foram organizadas conforme sua distribuição na linearidade discursiva, ou seja, focando na seqüência dos tópicos, da maneira como aparecem na linha do discurso.

Conforme Jubran e Koch (2006), o tópico discursivo diz respeito ao assunto tratado em um determinado trecho do texto, sobre o qual se concentram de forma dominante e relevante os elementos desse trecho. Com base nesse raciocínio, Jubran e Koch afirmam que a propriedade do tópico discursivo de concentração em um assunto proeminente em um dado ponto do texto é a de centração. Desse modo, a centração é considerada outra propriedade particularizadora do tópico discursivo e também pode ser verificada no documento analisado neste trabalho, uma vez que é possível identificar, nos contratos sociais, traços de *concernência*, *relevância* e *pontualização*, compreendidos por tal propriedade. Jubran e Koch (2006, p. 92) explicam que *concernência* é a “relação de interdependência semântica entre os enunciados de um segmento textual – implicativa, associativa, exemplificativa, ou de outra ordem –, pela qual se dá a integração desses enunciados em um conjunto específico de referentes”. Por *relevância*, as autoras entendem como sendo “a proeminência desse conjunto, decorrente da posição focal assumida pelos seus elementos”. *Pontualização*, por seu turno, é considerada a localização desse conjunto, tido como focal, em determinado momento do texto falado. De acordo com Fávero (1993, p. 47), a centração é o “falar-se acerca de alguma coisa, implicando a utilização de referentes explícitos ou inferíveis”. Tendo em vista tal concepção, pode-se afirmar que, em um contrato social, é possível identificarmos marcas que remetem a algo que já foi explicitado no documento ou dados que, embora não tenham sido mencionados, sejam do conhecimento dos responsáveis pela sua elaboração. Além disso, Fávero (1993, p. 47) assevera que “a centração norteia o tópico de tal forma que, quando se tem uma nova centração, tem-se um novo tópico”. Conforme poderá ser observado no item 2, quando dividimos um contrato

social em estruturas tópicas ou segmentos tópicos, cada vez que detectamos uma nova centração, por exemplo, os enunciados do segmento *Da responsabilidade dos sócios*, é possível notar que estamos diante de um novo tópico.

Tendo em vista o contexto apresentado, e considerando que o tópico discursivo, segundo a perspectiva textual-interativa, “possibilita a identificação de unidades que comportam em si as características textuais de coesão e coerência [...]” (JUBRAN; KOCH, 2006, p. 119), pretendemos apresentar, nesta investigação, a organização hierárquica e linear dos contratos sociais analisados. Como nosso objetivo é caracterizar o gênero *contrato social*, também procederemos à segmentação e à análise dos documentos, propondo, desse modo, sua estruturação tópica, a partir da qual irão constar os itens mínimos necessários para a elaboração de um contrato social. Segundo mostrará o resultado da análise, poderemos notar que os contratos sociais também são marcados por certas regularidades, no que concerne ao uso de determinadas unidades fraseológicas. Tais regularidades fraseológicas favorecerão a caracterização do gênero investigado.

1. Fundamentação Teórica

Quando abordamos a questão dos gêneros discursivos, pressupomos uma “classe de eventos comunicativos” (SWALES, 1990, p. 58) ou, segundo Bakhtin (2000, p. 279), “tipos relativamente estáveis de um enunciado”. Desse modo, estamos falando de linguagem e de textos, sejam eles orais ou escritos e, nesse sentido, não podemos deixar de supor o aspecto interacional de tal atividade, pois, conforme Jubran e Koch (2006, p. 29), “os fatores interacionais são inerentes à expressão lingüística, pela introjeção natural da atividade discursiva no produto verbal de um ato comunicativo”. Acrescentam que “[...] as condições comunicativas que sustentam a ação verbal inscrevem-se na superfície textual, de modo que se observam marcas do processamento formulativo-interacional na materialidade lingüística do texto”.

O motivo pelo qual nos baseamos na perspectiva textual-interativa reside no fato de a própria definição de contrato, anteriormente apresentada, de que “representa o entendimento dos sócios”, indicar uma condição de interação. Dessa maneira, do ponto de vista interacional, um contrato social consiste em firmar uma relação entre as partes.

A perspectiva textual-interativa também é importante para este trabalho em razão de defender, segundo Jubran e Koch (2006, p. 31), que “as regras de construção do texto, seja ele escrito ou falado, não se firmam como projeção automática de regras que vigoram no nível da frase”. Para as autoras, o texto, enquanto unidade sociocomunicativa globalizadora, possui “propriedades de coesão e coerência, fundadas numa ordem própria de relações constitutivas, diferenciadas das que se estabelecem no limite frasal”. Nesse sentido, ao descrevermos os documentos investigados nesta pesquisa, é necessário indicar as regularidades em sua construção, principalmente, no que tange a suas estruturas.

Dessa forma, ao concebermos a linguagem sendo uma atividade de interação social e escolhermos o texto, produto dessa interação, como objeto de estudo, teremos, inevitavelmente, como pano de fundo, os princípios da Pragmática e da Lingüística Textual.

Ao falar sobre as contribuições da Pragmática para pesquisas, cujo enfoque é textual-interativo, Jubran e Koch (2006) lembram que esta orienta a descrição de dados lingüístico-textuais com base em de seu funcionamento em situações concretas de uso da linguagem, como é o caso desta pesquisa.

No que concerne à Lingüística Textual, esta subárea da Lingüística vem a contribuir para nosso trabalho, em virtude de, conforme chamam a atenção Jubran e Koch (2006), recorrer a um enfoque lingüístico-pragmático, refletido na concepção de texto como unidade globalizadora, sociocomunicativa, que ganha existência dentro de um processo interacional.

Desse modo, tendo em vista que, para uma caracterização de um determinado gênero, nos guiaremos por uma abordagem textual-interativa, e levando em conta a complexidade de fatores que circundam a comunicação humana, será necessário que identifiquemos e definamos uma unidade de análise de estatuto textual-discursivo, sob uma abordagem textual-interativa. Ademais, faz-se necessário considerar dados pragmático-textuais, tendo como objeto de estudos o texto, com base no princípio de que os fatores interacionais se inscrevem na superfície textual.

Para tanto, abordaremos a questão do tópico discursivo que, de acordo com Brown e Yule (1983, p. 73), é “aquilo acerca do que se está falando” e que, conforme expõem Jubran e Koch (2006, p. 90), decorre de um “processo que envolve colaborativamente os participantes do ato interacional na construção da conversação, assentada em um complexo de fatores contextuais, entre os quais

as circunstâncias em que ocorre o intercâmbio verbal, o grau de conhecimento recíproco dos interlocutores, os conhecimentos partilhados entre eles, sua visão de mundo, o *background* de cada um em relação ao que falam”.

Desse modo, sendo o tópico discursivo um elemento fundamental na constituição de um texto, a importância de sua descrição reside no fato de que contribuirá para uma melhor visualização de como se organizam as estruturas tópicas e lineares de um contrato social.

1.1. A concepção de gêneros discursivos

Como nossa investigação visa caracterizar um dado gênero discursivo, cabe apresentar alguns dos principais conceitos a respeito do assunto. Dentre esses conceitos, abordaremos aqueles estabelecidos por Bakhtin (2000), Swales (1990), Bhatia (1993) e Marcuschi (2002).

De acordo com Bakhtin (2000, p. 279), os gêneros textuais são “tipos relativamente estáveis de um enunciado”. Conforme aponta Rodrigues (2004), Bakhtin não elabora uma tipologia dos gêneros, porém os classifica em gêneros primários e secundários. A autora afirma que, para Bakhtin, os gêneros primários “se constituem na comunicação discursiva imediata, no âmbito da ideologia do cotidiano”, enquanto os gêneros secundários “surtem nas condições da comunicação cultural mais ‘complexa’, no âmbito das ideologias formalizadas e especializadas [...]: na comunicação artística, científica, religiosa, jornalística etc.”. O gênero discursivo que pretendemos caracterizar se encaixaria na categoria dos gêneros secundários.

As concepções de Bakhtin acerca de gênero do discurso são bastante apropriadas para este trabalho, uma vez que o autor enxerga a linguagem como dialógica. Nesse sentido, todo enunciado será um enunciado de um locutor para seu interlocutor, e o gênero textual é concebido como enunciado responsivo, estando de acordo com a idéia de linguagem como atividade interativa. Essa idéia está bastante relacionada à perspectiva textual-interativa, a qual, segundo Jubran e Koch (2006, p. 28), “apóia-se na concepção de linguagem como uma forma de ação, uma atividade verbal exercida entre pelo menos dois interlocutores, dentro de uma localização contextual, em que um se situa reciprocamente em relação ao outro, levando em conta circunstâncias de enunciação”.

Catunda (2001) aponta que, para Bakhtin, por mais variadas que sejam as esferas da atividade humana, elas estão sempre relacionadas com a utilização

da língua. A autora acrescenta que, para o autor, essa utilização se dá em forma de enunciados orais ou escritos, os quais refletem as condições de produção, bem como os propósitos comunicativos de cada esfera, por meio de recursos da língua, tais como: recursos lexicais, recursos gramaticais, fraseológicos, assim como por sua construção composicional.

Nesse sentido, segundo Bakhtin, a comunicação é estabelecida através de gêneros, os quais são manipulados conforme os participantes, em uma dada situação comunicativa. De acordo com o autor, se não existissem os gêneros do discurso, se não os dominássemos e tivéssemos que construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível (BAKHTIN, 2000, p. 302).

Outro autor que contribui para a conceituação de gênero discursivo é Swales (1990), cuja análise de gênero foi inicialmente vista como uma análise essencialmente lingüístico-textual. De acordo com Swales (1990, p. 58), um gênero:

[...] engloba uma classe de eventos comunicativos, cujos membros compartilham um conjunto de objetivos comunicativos. Esses objetivos são reconhecidos pelos membros especializados da comunidade discursiva de origem e, dessa forma, constituem o alicerce para o gênero. Esse alicerce dá forma à estrutura esquemática do discurso e influencia e delimita a escolha do conteúdo e do estilo [...]. Além do objetivo, os *modelos de um gênero* exibem vários padrões de similaridade em termos de estrutura, estilo, conteúdo e público pretendido. Se todas as grandes expectativas de probabilidade forem atingidas, *o modelo será visto como prototípico pelos membros da comunidade de discurso de origem*² (grifo nosso).

Conforme podemos observar nessa definição proposta por Swales, o autor chama a atenção para o fato de os gêneros possuírem objetivos comunicativos em comum, e terem objetivos definidos por comunidades discursivas, considerando que cada gênero é uma forma específica de comunicação pertencente a, e atendendo as especificidades de uma dada comunidade discursiva. Desse modo, os gêneros estão inseridos em grupos de indivíduos, os quais foram criados a fim de atingirem objetivos discursivos exclusivos e específicos.

Com base nessa visão, outro conceito importante para Swales (1990, p. 9), ao tratar de gêneros discursivos, é o de comunidade discursiva, definida como “redes sócio-retóricas que se formam a fim de atuar em favor de um conjunto de

objetivos comuns”. Acrescenta que uma das “características que os membros estabelecidos dessas comunidades possuem é a familiaridade com gêneros particulares que são usados em causas comunicativas desse conjunto de objetivos”. Como resultado, os gêneros são pertencentes a comunidades discursivas, e “não a indivíduos, a outros tipos de grupos ou a vastas comunidades de fala” (SWALES, 1990, p. 10).

Além da definição de comunidade discursiva, vale mencionar alguns critérios apresentados por Swales (1992, p. 24-27), os quais são concebidos como definidores e, conforme o autor, importantes para o reconhecimento dessa comunidade discursiva. São eles: 1) “uma comunidade discursiva tem um conjunto de objetivos públicos em comum, amplamente aceitos [...]”; 2) “possui mecanismos de intercomunicação entre seus membros; 3) utiliza de mecanismos de participação, principalmente, para fornecer informações e *feedback* [...]”; 4) “utiliza e, portanto, possui um ou mais gêneros para a promoção comunicativa de seus objetivos [...]”; 5) “desenvolve um léxico específico; 6) possui um número inicial de membros com graus apropriados de conhecimento relevante e proficiência discursiva [...]”.³

As concepções de comunidade discursiva receberam críticas por parte de vários pesquisadores: Bronson (2001), ao abordar a questão da comunidade discursiva em relação à escrita acadêmica; Raimes (1991), em referência aos aprendizes, chamando atenção para o fato de que comunidade discursiva, segundo a visão de Swales, pode ser vista como aquela que exerce o poder sobre os indivíduos, ditando as normas àqueles que dela desejem fazer parte; Giroux (1986); entre outros pesquisadores. Além disso, o próprio Swales admitiu tal concepção ser problemática em alguns aspectos, propondo algumas alterações (SWALES, 1992, 1998).

No entanto, acreditamos que, para nossa investigação, tais conceitos são de grande valia, levando em consideração, também, que Swales (1998) tenha igualmente admitido que, embora discutíveis em certos aspectos, são potencialmente muito úteis para diversos campos de pesquisa.

Se tomarmos como exemplo o tipo de documento contrato social investigado neste trabalho, podemos dizer que pertence à comunidade discursiva jurídica, cujos objetivos em comum são “amplamente aceitos”. A esse critério, Catunda (2003), ao tratar da comunidade discursiva jurídica, afirma que o objetivo de uma comunidade desse tipo “vai de encontro ao próprio sentido do Direito, que é o

de ser conforme a norma jurídica, quer dizer, conforme as leis, que são elaboradas pública e explicitamente”. Entretanto, como estamos lidando com um gênero ainda mais específico – contratos sociais –, podemos dizer que somente parte dos membros dessa comunidade participa da elaboração dessas leis que vão reger tal tipo de documento.

No que tange ao segundo critério, é possível afirmar que a comunidade discursiva jurídica do documento contrato social “possui mecanismos de intercomunicação entre seus membros”. Catunda (2003) defende que são diversos os mecanismos de uma comunidade discursiva jurídica: jornais, revistas, páginas na internet, além do Diário Oficial. Em relação ao contrato social, podemos dizer que é o documento em si que se encarrega da intercomunicação entre seus membros.

Em referência aos mecanismos de participação para fornecer informações e *feedback*, Catunda afirma que a comunidade jurídica possui a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). No que concerne ao contrato social, temos a Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, a qual traz toda uma nova disciplina sobre as sociedades limitadas e as exigências acerca da elaboração de um contrato social.

No tocante ao quarto critério, acerca da utilização e posse de um ou mais gêneros para a promoção comunicativa dos objetivos de uma comunidade jurídica, Catunda sustenta que este é um dos critérios que mais se ajusta a essa comunidade. No gênero contrato social, caso um dos sócios rompa alguma cláusula do contrato ou, até mesmo, infrinja a lei, de alguma forma, o Direito que outrora regia tal contrato não será somente o Direito Comercial, mas passará por um processo penal, cível ou administrativo, de acordo com a infração cometida. Dessa forma, notamos que as diferentes modalidades de processo podem compartilhar determinados gêneros em uma mesma comunidade jurídica.

O quinto critério, que enfoca a questão de um léxico e/ou uma terminologia especializada, fica bastante evidente no gênero contrato social. Conforme poderá ser constatado no item *Metodologia e análise dos dados para a caracterização do gênero contrato social*, apresentaremos uma série de termos e unidades fraseológicas especializadas (UFEs) que evidenciam, assim como caracterizam o gênero contrato social, tais como: *aumento de capital; retirada de sócios; diminuição de capital; as quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem consentimento do outro sócio; a administração da sociedade caberá aos sócios; a sociedade irá operar por meio de seu sócio ostensivo*; entre outras.

O último critério refere-se ao fato de uma comunidade discursiva ter, como membros, profissionais “com graus apropriados de conhecimento relevante e proficiência discursiva”. Esse critério é facilmente identificado no gênero contrato social, uma vez que a comunidade investigada é também constituída por advogados, delegados, promotores, juízes, desembargadores e ministros, comunidade essa que, segundo Catunda (2003), “se caracteriza pelo padrão de organização imposto pela instituição do Direito”. No gênero contrato social, os sócios e os administradores de uma sociedade limitada seriam representados pelos advogados que, neste caso, já fazem parte da comunidade discursiva descrita.

Outro autor que contribui para uma definição de gênero discursivo é Bhatia (1993). Conforme o pesquisador, gênero é:

[...] um evento comunicativo reconhecível, caracterizado por um conjunto de propósitos comunicativos identificados e mutuamente compreendidos pelos membros da comunidade profissional ou acadêmica na qual regularmente ocorre. Na maioria das vezes, é altamente estruturado e convencionalizado com restrições às contribuições permissíveis em termos de sua intenção, posicionamento, forma e valor funcional. Essas restrições, no entanto, são frequentemente exploradas pelos membros especializados da comunidade discursiva a fim de atingir intenções particulares dentro da estrutura dos propósitos socialmente reconhecidos⁴ (BHATIA, 1993, p.14).

Segundo Catunda (2001), Bhatia ampliou o conceito de gênero proposto por Swales, no sentido de ter enfatizado a participação efetiva dos membros da comunidade discursiva no processo de cristalização dos gêneros.

Além disso, o autor apresentou a concepção de subgêneros e, ao tratar da linguagem jurídica (BHATIA, 1987, 1993), incorporou vários gêneros. Em relação à linguagem jurídica escrita, por exemplo, Bhatia (1987, p. 229-231) distinguiu quatro gêneros: pedagógico, acadêmico, jurídico e legislativo. É no gênero legislativo que, consoante Bhatia, tem-se o gênero legislativo congelado (*frozen legislative*). É nesse gênero que se inseriria o subgênero contrato social.

Outro dado interessante a respeito da contribuição de Bhatia (1993), assim como de Hyland (2000), para a concepção de gênero discursivo, é o fato de terem proposto passos para analisar os gêneros, conforme aponta Marcuzzo

(2006). A autora, inclusive, apresenta uma compilação dos principais passos propostos pelos dois pesquisadores, a qual reproduzimos a seguir.

1. Classificar o gênero em um contexto situacional a fim de entender sua função.
2. Pesquisar a literatura existente para selecionar referenciais teóricos acerca do tópico investigado.
3. Refinar a análise contextual a fim de identificar características situacionais e culturais.
4. Selecionar um *corpus* que seja apropriado/representativo.
5. Estudar o contexto institucional em que o gênero é usado.
6. Selecionar níveis de análise lingüística.
7. Usar programas de computador para localizar jargões, palavras repetidas e expressões utilizadas em textos da área.
8. Entrevistar informantes da(s) área(s) investigada(s).
9. Solicitar que especialistas experientes da(s) área(s) investigada(s) realizem testes com o *corpus* (*apud* MARCUZZO, 2006).

Alguns desses passos foram utilizados em nossa pesquisa, conforme poderá ser constatado no item 2, por exemplo, os passos 1; 2; 3; 4; 6; 7; 9, mostrando que uma análise de gêneros guiada por tais passos pode ser facilitada.

A pesquisa de Bhatia também é considerada importante para nosso trabalho, uma vez que o autor destaca a necessidade de averiguar as regras, bem como as convenções lingüísticas, sociais, culturais, acadêmicas e profissionais que permeiam o uso da linguagem no contexto no qual o gênero investigado está inserido. Essa questão ficará mais evidente quando apresentarmos uma análise acerca das estruturas de um contrato social, assim como das UFEs nelas inseridas.

Para Bhatia (1997, *apud* MOREIRA, s/d) existem três aspectos convencionais inter-relacionados que merecem destaque: recorrência de situações retóricas, propósitos comunicativos compartilhados e regularidades de organização estrutural. Conforme aponta Moreira, o conceito de situação retórica, segundo a concepção de Bhatia, apresenta a definição da estrutura básica do gênero, por meio da qual os propósitos comunicativos são detectados. A identificação

do propósito comunicativo é bastante relevante, uma vez que “determina escolhas específicas no âmbito das formas estruturais e léxico-gramaticais”. Novamente, chamamos a atenção para a importância de Bhatia para nossa pesquisa, no sentido de que a questão da organização da estrutura do texto investigado, bem como o aspecto da institucionalização, da convencionalidade e das escolhas léxico-gramaticais e fraseológicas são cruciais para caracterizarmos o gênero contrato social neste trabalho.

Outro autor que contribuiu para pesquisas acerca de gênero no Brasil é Marcuschi (2002, p.23). Conforme o autor, “os gêneros são formas verbais de ação social relativamente estáveis realizadas em textos situados em comunidades de práticas sociais e em domínios discursivos específicos” (MARCUSCHI, 2002, p. 25).

Também é interessante apontar que Marcuschi (2002) atesta que os gêneros textuais surgem, situam-se e integram-se, funcionalmente, nas culturas em que ocorrem. Esse dado é válido em nossa pesquisa, pois, conforme poderá ser verificado no item 2, pode haver pequenas diferenças ou especificidades, dentro de um mesmo gênero, de acordo com a cultura na qual está inserido. Ademais, Marcuschi, assim como Bhatia, aborda a questão das convenções lexicais e gramaticais dos gêneros discursivos ou textuais.

O autor destaca que os gêneros não são modelos estanques, tampouco estruturas rígidas; não são estáticos nem puros. Também afirma que se trata de formas culturais e entidades dinâmicas poderosas que condicionam nossas escolhas, limitam nossa ação na escrita, impõem restrições e padronizações, convidam também a escolhas, estilos, criatividade e variações.

O breve relato acerca da visão de gêneros discursivos, por parte de quatro pesquisadores diferentes, deixa-nos claro que cada qual teve sua contribuição e importância para que possamos caracterizar um dado gênero. Dessa maneira, nossa investigação tem como base teórica parte das concepções aqui apresentadas, oriundas de cada pesquisador aqui discutido.

1.2. A Lingüística de *Corpus* e a Análise de Gênero

De acordo com Berber Sardinha (2003), a Análise de Gênero e a Lingüística de *Corpus* “têm olhado a língua, tradicionalmente, por ângulos diferentes”, no sentido de que a primeira estuda os gêneros normalmente em quantidades pequenas de exemplares, em análises “manuais”, ou com algum suporte computacional, tais como listas de palavras ou de palavras-chave. Já a Lingüística

de *Corpus* investiga os gêneros por meio de um grande número de textos, os quais formam um *corpus* eletrônico.

O *corpus* eletrônico, objeto de pesquisa da Lingüística de *Corpus*, é definido por Berber Sardinha (2004, p.18) como:

um conjunto de dados lingüísticos (pertencentes ao uso oral ou escrito da língua, ou a ambos), sistematizados segundo determinados critérios, suficientemente extensos em amplitude e profundidade, de maneira que sejam representativos da totalidade do uso lingüístico ou de algum de seus âmbitos, dispostos de tal modo que possam ser processados por computador, com a finalidade de propiciar resultados vários e úteis para a descrição e análise (BERBER SARDINHA, 2004, p.18).

Para esta pesquisa, compilamos um *corpus* de estudo constituído por 40 contratos sociais traduzidos no modo juramentado para o português (com 252.789 palavras) e 14 contratos sociais traduzidos no modo juramentado para o inglês (com 20.582 palavras), obtidos junto a cinco tradutores públicos regularmente inscritos na Junta Comercial de dois Estados brasileiros; bem como dois *corpora* comparáveis formados por 83 contratos sociais originalmente escritos em inglês (265.881 palavras) e 68 contratos sociais originalmente escritos em português (183.386 palavras), compilados a partir da *Internet*, por meio do buscador *Google*.

Um *corpus de estudo* é considerado por Berber Sardinha (2004, p. 21) como o *corpus* que se pretende estudar. No que concerne a *corpora comparáveis*, sob a ótica de Ulrich (1997, p. 426), entende-se aqueles *corpora* formados por textos originais escritos de maneira independente, em línguas diferentes, selecionados de acordo com fatores de similaridade de conteúdo, gênero, função comunicativa, tamanho, etc.

Em relação às duas visões e formas de se investigar um gênero por parte da Análise de Gêneros e da Lingüística de *Corpus*, gostaríamos de deixar claro que, para este trabalho, acreditamos que, para podermos caracterizar o gênero contrato social, seria melhor investigar os dados sob os dois prismas. Desse modo, conforme poderá ser constatado no item 2, selecionamos alguns contratos sociais e fizemos uma análise “manual”, a fim de identificarmos as estruturas, bem como as divisões internas do referido documento.

Uma vez identificadas as estruturas e as divisões do documento, passamos para a investigação das UFEs no *corpus* de estudo e *corpora* comparáveis, ou

seja, passamos para uma investigação em um número maior de dados. Além disso, utilizamos ferramentas computacionais que possibilitam a visualização de termos e palavras mais freqüentes nos documentos, e em cada documento, separadamente, a título de comparação.

Dessa forma, acreditamos que nossa pesquisa a respeito da caracterização de um gênero discursivo será favorecida pela Lingüística de *Corpus*, tendo como base todo o arcabouço teórico da Análise de Gêneros.

1.3. As Unidades fraseológicas especializadas (UFEs)

Em referência à conceituação de unidades fraseológicas (UFs), destaque-se Corpas Pastor (1996), no campo da Fraseologia, que busca traçar suas características. Conforme a autora, uma unidade fraseológica é uma expressão formada por várias palavras, caracterizada por estar já estabelecida, institucionalizada, por ser estável, por apresentar certa particularidade sintática ou semântica e pela possibilidade de variação de seus elementos integrantes, seja como variantes lexicalizadas na língua ou como modificações ocasionais no contexto. Com base nessas características, Corpas Pastor (1996, p. 20) propõe a seguinte definição de UFs: “[...] são unidades formadas por mais de duas palavras gráficas em seu limite inferior, cujo limite superior situa-se no nível da oração composta”.⁵

Cabe mencionar que as UFEs possuem esses mesmos traços que caracterizam as UFs. A única característica que as distingue das UFs é que as UFEs apresentam, entre seus elementos constituintes, um termo ou uma unidade terminológica considerada como seu núcleo, daí serem descritas como *especializadas*.

Outra concepção, sob a perspectiva terminológica, é proposta por Bevilacqua (2001) que, por sua vez, apóia-se no arcabouço teórico-metodológico proposto por Gouadec (1994). A autora ressalta que critérios lingüísticos não são suficientes para proceder à identificação das UFEs do domínio jurídico-ambiental com o qual trabalha. Conforme enfatizam Gouadec (1994) e Bevilacqua (2001), é preciso levar em consideração também os aspectos pragmáticos, já que é no universo de discurso que as UFEs se definem. Essa concepção acerca da importância do aspecto pragmático em análises de dados lingüísticos-textuais é igualmente compartilhada pela perspectiva textual-interativa, proposta por Jubran e Koch (2006), que defende como fundamental que o produto lingüístico em análise seja tratado dentro do contexto sociocomunicativo a partir do qual se manifesta.

Partindo desse pressuposto, os dois autores defendem que a frequência e a estereotipia – esta última considerada como um conjunto de palavras estabilizadas e recorrentes em uma área –, podem ser consideradas os critérios indispensáveis para a identificação das UFEs. Acrescentam que as UFEs são formadas por elementos invariáveis e variáveis, sinalizando a possibilidade de inserção ou supressão de um ou mais elementos de uma mesma unidade ou, até mesmo, a alteração de sua ordem.

Dessa maneira, Bevilacqua (2001, p. 99) e Gouadec (1994) propõem que esses conjuntos de palavras especializadas assumem o caráter de matriz, conforme pode ser observado em um dos exemplos retirados de nossos *corpora* de pesquisa: *Os sócios deliberarão sobre [x]*, sendo *Os sócios deliberarão sobre* considerado o elemento invariável, ou seja, é o elemento que se mantém fixo; e *[x]* é a variável (elemento que se alterna na unidade), uma vez que podemos dizer:

Os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso

Invariável	Variável
------------	----------

os assuntos relativos a sociedade em reunião

as seguintes matérias, além de outras previstas na lei ou no contrato

Além dos critérios acima referidos, Bevilacqua (1996) também sugere que dividamos as UFEs em dois grupos: matrizes fraseológicas sem pivô terminológico e matrizes fraseológicas com pivô terminológico, com base na própria definição de unidade fraseológica proposta por Gouadec. Uma matriz com pivô terminológico, conforme explica Bevilacqua (1996), é um termo ou uma unidade terminológica, a partir do qual as matrizes com pivô são selecionadas, conforme exemplo acima. Como enfocamos uma linguagem de especialidade – a jurídica –, as matrizes levantadas neste trabalho são de base terminológica apenas, ou seja, têm como núcleo um termo e não uma palavra da língua geral, como as matrizes sem pivô terminológico, como o próprio nome diz.

Partindo dessas considerações, adotamos a proposta de Gouadec (1994) e Bevilacqua (2001), levando em consideração as diferentes perspectivas para o tratamento das UFEs, no que concerne à diversidade denominativa e conceitual, bem como à dificuldade de sua delimitação.

Acreditamos que a identificação das UFEs será muito importante na demarcação das estruturas tópicas e das divisões do documento contrato social aqui investigado.

2. Metodologia e análise dos dados

Para descrever a estruturação interna do gênero contrato social, analisamos, primeiramente, os referidos documentos de maneira detalhada, no intuito de identificar suas unidades internas, suas divisões internas, e de verificar se essas estruturas e divisões se repetiam na maioria dos contratos sociais.

Sob a perspectiva da Lingüística de *Corpus*, buscamos enfocar o léxico do texto, mais especificamente, como ele coocorre, recorre, e como é distribuído em grupos identificáveis. Isto implica dizer que, além de identificarmos os termos mais frequentes dos documentos, fizemos um levantamento e extração das UFEs.

De acordo com Berber Sardinha (2003), uma maneira pela qual podemos estabelecer uma relação entre a Lingüística de *Corpus* com foco no texto e a Análise de Gênero, é por meio da investigação das divisões internas do texto, chamada pelo autor de *staging* ou segmentação.⁶ Para tanto, utilizamos métodos da Lingüística de *Corpus*, tais como frequência de palavras, palavras-chave, e observação de padrões com concordância, com o auxílio do programa computacional *WordSmith Tools*, em suas ferramentas Concord, WordList e Keywords.

A ferramenta WordList nos possibilitou gerar listas de frequência de palavras dos *corpora* pesquisados que, por sua vez, seriam utilizadas para gerar a lista de palavras-chave, a partir das quais extraímos as UFEs. A ferramenta KeyWords, por seu turno, contrastou essa lista de palavras dos *corpora* investigados com uma lista de palavras dos *corpora* de referência: em inglês, o *British National Corpus*, com 99.465.296 palavras, cuja lista de palavras foi extraída do *site* de Mike Scott <http://www.lexically.net/downloads/version4/downloading%20BNC.htm> e, em português, o *corpus* da *Folha de S. Paulo*, com 102.972.880 palavras, contendo os jornais durante o período de 1994 a 1999. Uma vez geradas as palavras-chave, selecionamos aquelas mais frequentes, a fim de extrair as UFEs e, em seguida, inseri-las em uma tabela (vide Tabela 6), conforme as estruturas dos contratos levantadas.

Já a ferramenta Concord, além de nos possibilitar observar as UFEs em contexto, também nos favoreceu visualizar os contratos e dividi-los em estruturas, haja vista o grande número de contratos sociais que constituem nossos *corpora*. A título de ilustração, vejamos a tabela seguinte (Tabela 1), com as estruturas tópicas e lineares levantadas nessa análise. Cabe lembrar que, quando afirmamos estruturas tópicas, queremos dizer que tais estruturas correspondem, segundo a perspectiva textual-interativa, ao que se define como segmento tópico, com base no princípio da centração tópica.

TABELA 1
Demarcação da estrutura de um Contrato Social de uma Sociedade
por Cotas de Responsabilidade Limitada

	Inglês	Português
1.	DA RAZÃO SOCIAL: Nome da empresa (sendo um Contrato Social de uma Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, deverá conter também as palavras <i>Limited Liability Company, Limited, LLC</i> , ou ainda, <i>LC</i>).	DA RAZÃO SOCIAL: Nome da empresa (sendo um Contrato Social de uma Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, deverá conter as palavras Limitada ou Ltda.
2.	DA SEDE SOCIAL: Sede oficial (endereço) da empresa	DADOS DOS SÓCIOS (pessoa física): Qualificação completa de cada sócio (estado civil, profissão, residência, RG e CPF-MF)
3.	DO OBJETO DA EMPRESA: Objetivo da sociedade	DO OBJETO DA EMPRESA: Objetivo da sociedade
4.	REPRESENTANTES DA EMPRESA: Nome e endereço do representante registrado no endereço citado	DA SEDE SOCIAL: Sede oficial (endereço) da empresa
5.	ENDEREÇO OFICIAL: Declaração de que o endereço oficial da empresa será aquele da sede designada	INÍCIO E DURAÇÃO DA SOCIEDADE
6.	DA ADMINISTRAÇÃO: Declaração de que a empresa será administrada por um gerente/gerentes, ou pelos próprios sócios da mesma; assim como quem será/serão este gerente/estes gerentes ou sócios	DO CAPITAL SOCIAL
7.	INÍCIO E DURAÇÃO DA SOCIEDADE	DAS RESPONSABILIDADES DOS SÓCIOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DOS SÓCIOS
8.	DO CAPITAL SOCIAL	DO AUMENTO OU DA DIMINUIÇÃO DO CAPITAL
9.	DAS RESPONSABILIDADES DOS SÓCIOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DOS SÓCIOS	DA ADMINISTRAÇÃO: Declaração de que a empresa será administrada por um gerente/gerentes, ou pelos próprios sócios da mesma; assim como quem será/serão este gerente/estes gerentes ou sócios
10.	DA RETIRADA DOS SÓCIOS	DA RETIRADA DOS SÓCIOS
11.	DOS LUCROS E PREJUÍZOS	DOS LUCROS E PREJUÍZOS
12.	DA LIQUIDAÇÃO DA EMPRESA	DA LIQUIDAÇÃO DA EMPRESA
13.	EM CASO DE FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DOS SÓCIOS	EM CASO DE FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DOS SÓCIOS
14.	CLÁUSULAS ADICIONAIS: quaisquer outras cláusulas que os sócios decidam incluir	CLÁUSULAS ADICIONAIS: quaisquer outras cláusulas que os sócios decidam incluir
15.	ASSINATURA DOS SÓCIOS, ADMINISTRADOR(ES) E TESTEMUNHAS	ELEIÇÃO DO FORO PARA EXERCÍCIO DO CUMPRIMENTO DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES RESULTANTES DO CONTRATO
16.		ASSINATURA DOS SÓCIOS, ADMINISTRADOR(ES) E TESTEMUNHAS

Apesar de o processo de identificação de fronteiras internas ser, segundo Berber Sardinha (2003), notoriamente complexo, em virtude da própria constituição do texto, cujos elementos devem possuir ligações entre si, acreditamos que a análise do documento contrato social não apresentou tal dificuldade, porque cada segmento está centrado em um conjunto referencial específico (centração tópica) e os segmentos sucedem-se por justaposição.

Esse fato também foi defendido por Hoey (1986, 2001, *apud* BERBER SARDINHA, 2003), o qual sustenta que “alguns textos têm, nessa característica de justaposição de elementos, um elemento definidor – é o caso dos textos-colônia (‘colony texts’)”. De acordo com o pesquisador, as unidades podem ser lidas de maneira independente, sem que o todo perca o sentido, exatamente como ocorreu nos segmentos ou nas estruturas que citamos anteriormente. É possível notar que o texto, ainda que seja uma unidade integrada, é formado por partes distintas, as quais podem ser percebidas como tais, embora seja sabido que essas partes se relacionam, contribuindo para a coesão e coerência do texto.

Nota-se, na tabela 1, que a segmentação dos textos foi estruturada por tópicos, os quais separam, assim como rotulam, tais segmentos tópicos. Além disso, é possível observar, por meio da delimitação, que cada estrutura levantada é coerente, além de termos a definição exata de onde se inicia, bem como onde tal tópico termina. Esse fato pode ser verificado, por exemplo, no segmento *Do capital social*, considerando que se trata de um, dos vários segmentos tópicos do contrato social, sendo possível detectar que tal segmento ou estrutura está delimitada pelo assunto que propõe tratar: *O capital social é de R\$ XXX, dividido em XXX quotas de valor nominal de R\$ XXX, cada uma, subscritas e integralizadas, neste ato, em moeda corrente do País, pelos sócios* – trata-se de conjunto referencial específico (centração tópica X/tópico discursivo X). Nota-se, também, que podemos identificar seu início e término, e, em seguida, constatamos o início de um novo segmento: *Da Responsabilidade dos sócios*, segmento este novamente coeso e coerente com o tópico proposto: *A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social* – outro conjunto referencial específico (centração tópica Y/tópico discursivo Y).

Com base nas estruturas tópicas e lineares levantadas, podemos atestar que o documento contrato social é um fenômeno estruturado, coeso e coerente, haja vista que essa estrutura se repete em todo o *corpus* de estudo investigado, salvo inserções ou supressões de algumas estruturas tópicas em alguns documentos.

A fim de mostrar as relações entre as estruturas tópicas e lineares exibidas anteriormente, apresentamos, a seguir, a organização hierárquica do texto analisado que pudemos extrair do documento contrato social:

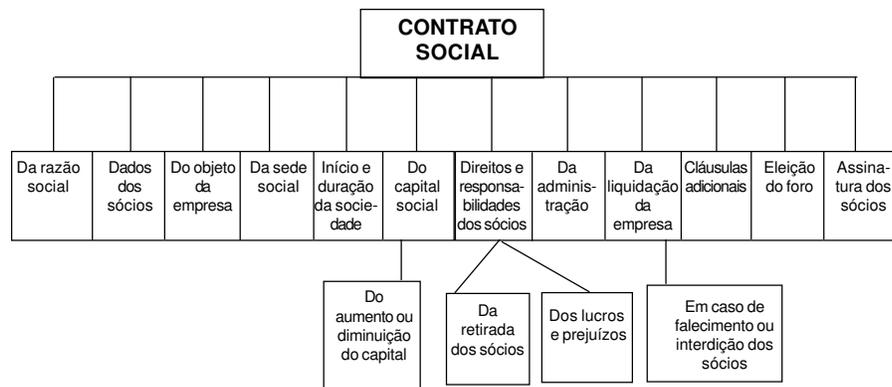


FIGURA 1: Organização hierárquica e linear de um contrato social

Da organização textual hierárquica acima representada, podemos depreender que um contrato social possui estruturas tópicas e lineares definidas e que se repetem em documentos de mesma natureza, são recorrentes, salvo algumas variações que envolvam seja a inserção, seja a supressão de um tópico ou outro, conforme pode ser verificado nas tabelas 2 e 3. Tais tabelas trazem estruturas tópicas e lineares levantadas com base em dois contratos sociais em inglês e dois contratos sociais em português, a fim de ilustrar, mais uma vez, a recorrência de tais estruturas em documentos de mesma natureza.

TABELA 2
Exemplo de Estrutura de um Contrato Social em inglês

Inglês – Contrato Social 1	Inglês – Contrato Social 2
1. DA RAZÃO SOCIAL	DA RAZÃO SOCIAL
2. DA SEDE SOCIAL	DO OBJETO DA EMPRESA
3. REPRESENTANTES DA EMPRESA	DATA DE INÍCIO DA SOCIEDADE
4. DO OBJETO DA EMPRESA	DA SEDE SOCIAL
5. DO CAPITAL SOCIAL	DURAÇÃO DA SOCIEDADE
6. DAS RESPONSABILIDADES DOS SÓCIOS	DO CAPITAL SOCIAL
7. ASSINATURA, ENDEREÇOS E DESCRIÇÕES DOS SUBSCRITORES	DA ADMISSÃO DE OUTROS SÓCIOS
8.	DA LIQUIDAÇÃO DA EMPRESA
9.	ASSINATURA DOS SÓCIOS, ADMINISTRADOR(ES) E TESTEMUNHAS

TABELA 3
Exemplo de Estrutura de um Contrato Social em português

Português – Contrato Social 1	Português – Contrato Social 2
1. DADOS DOS SÓCIOS	DA RAZÃO SOCIAL
2. DA RAZÃO SOCIAL	DA SEDE SOCIAL
3. DA SEDE SOCIAL	DADOS DOS SÓCIOS
4. DO OBJETO DA EMPRESA	INÍCIO E DURAÇÃO DA SOCIEDADE
5. INÍCIO E DURAÇÃO DA SOCIEDADE	DO OBJETO DA EMPRESA
6. DO CAPITAL SOCIAL	DO CAPITAL SOCIAL
7. DAS RESPONSABILIDADES DOS SÓCIOS	DA ADMINISTRAÇÃO
8. DA ADMINISTRAÇÃO	DAS RESPONSABILIDADES DOS SÓCIOS

Ao analisarmos a organicidade linear dos contratos sociais, notamos que, tanto em inglês quanto em português, há uma certa linearidade nos contratos comparados, reforçando o aspecto da fixidez das estruturas tópicas. Observamos apenas poucas inversões na ordem de ocorrências das estruturas tópicas na linearidade de alguns contratos analisados, principalmente, nos contratos em inglês – apenas 3 inversões, enquanto, no português, foram 10. Por exemplo, a estruturação tópica DADOS DOS SÓCIOS surge na 1ª segmentação do contrato 1 em português, enquanto, no contrato 2, nessa mesma língua, surge na 3ª; a estruturação tópica SEDE SOCIAL aparece na 2ª segmentação do contrato 1 em inglês, porém, na 4ª segmentação no contrato 2, entre outras inversões, conforme mostram tabelas 4 e 5:

TABELA 4
Inversões nos contratos sociais em inglês

Tópico	Segmentação no contrato 1	Segmentação no contrato 2
SEDE SOCIAL	2ª	4ª
DO OBJETO DA EMPRESA	4ª	2ª
CAPITAL SOCIAL	5ª	6ª

TABELA 5
Inversões nos contratos sociais em português

Tópico	Segmentação no contrato 1	Segmentação no contrato 2
DADOS DOS SÓCIOS	1 ^a	3 ^a
DA RAZÃO SOCIAL	2 ^a	1 ^a
DA SEDE SOCIAL	3 ^a	2 ^a
DO OBJETO DA EMPRESA	4 ^a	5 ^a
INÍCIO E DURAÇÃO DA SOCIEDADE	5 ^a	4 ^a
DAS RESPONSABILIDADES DOS SÓCIOS	7 ^a	8 ^a
DA ADMINISTRAÇÃO	8 ^a	7 ^a
DA RETIRADA DOS SÓCIOS	10 ^a	11 ^a
EM CASO DE FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DOS SÓCIOS	11 ^a	9 ^a
DA LIQUIDAÇÃO DA EMPRESA	12 ^a	10 ^a

No que tange à inserção e supressão de dados tópicos dos contratos em inglês, o contrato 1 contém os tópicos DAS RESPONSABILIDADES DOS SÓCIOS e REPRESENTANTES DA EMPRESA, enquanto o contrato 2 não os traz. Já o contrato 2 traz os tópicos DATA DE INÍCIO DA SOCIEDADE, DURAÇÃO DA SOCIEDADE, DA ADMISSÃO DE OUTROS SÓCIOS e DA LIQUIDAÇÃO DA EMPRESA, enquanto o contrato 1 não os contém.

Em relação à inserção e supressão de dados tópicos dos contratos em português, o contrato 1 apresenta o tópico DO AUMENTO E DIMINUIÇÃO DO CAPITAL, enquanto o contrato 2 não o traz. Por seu turno, o contrato 2 contém o tópico DOS LUCROS E PREJUÍZOS, enquanto o contrato 1 não o menciona.

Mediante essa análise, verificamos que é possível, apesar de a grande maioria dos contratos sociais conter tópicos coincidentes e recorrentes, haver algumas variações em relação à ordem, bem como ao número de tópicos que possam constar em documentos de mesma natureza, uma vez que cada sócio poderá considerar um dado mais, ou menos, pertinente, que valha constar, ou não, em tal tipo de documento.

É importante observar, também, que não foi encontrado nos contratos sociais em inglês nenhum tópico relacionado a DADOS DOS SÓCIOS (como pessoa física), dados esses que fazem constar no contrato as qualificações completas de cada sócio, tais como: estado civil, profissão, residência, RG e CPF-MF. Essa seria uma diferença cultural do gênero contrato social em português, em relação ao gênero contrato social em inglês.

É possível notar, também, que os segmentos levantados exibem uma unidade de sentido, ou uma “preferência semântica”, em torno do tópico presente em um contrato social, da mesma forma que constatou Berber Sardinha (2003) em sua pesquisa sobre o gênero relatório anual de negócios. Tal preferência semântica, sob a perspectiva textual-iterativa, exemplifica os traços que a centração, propriedade definidora do tópico discursivo, abrange: de concernência, em razão de evidenciar a relação de interdependência semântica entre os enunciados dos segmentos textuais; de relevância, em virtude de apontar o foco de cada segmento do contrato; e de pontualização, no sentido de que é possível localizar cada unidade de sentido nos diversos pontos do contrato. Tais traços poderão ser identificados nas UFEs que apresentaremos a seguir, na tabela 6, extraídas a partir de uma seleção das estruturas tópicas e lineares já levantadas:

TABELA 6
UFEs extraídas a partir das estruturas tópicas e lineares de um Contrato Social

Estruturas Tópicas e Lineares dos Contratos Sociais	UFEs em Inglês	Frequência nos <i>corpora</i>	UFEs correspondentes em Português	Frequência nos <i>corpora</i>
DA RAZÃO SOCIAL	• The name of the Company is xxx.	5	• A Sociedade tem a denominação social de xxx.	3
	• The Company's name is	7	• A Sociedade girará/gira sob a denominação social de xxx	14
DADOS DOS SÓCIOS	• xxx, single, Brazilian, (profession), bearer of Identification Card n°. RG xxx SSP/SP, and Taxpayer's Registry (CPF) n°. xxx, residing and domiciled at Rua xxx, CEP xxx [...] ⁷	4	• xxx, brasileiro, solteiro, (profissão), portador da Carteira de Identidade RG n°. xxx, -SSP/SP, e CPF n° xxx, residente e domiciliado à Rua xxx, • CEP xxx [...]	8
DA SEDE SOCIAL	• The Registered Office of the Company is/shall be at xxx	5	• A Sede (oficial) da Sociedade está situada em xxx	6
	• The Company's Registered Office is/ shall be located at xxx	4	• A Sede da Sociedade está localizada à xxx	4

[continua]

[continuação]

Estruturas Tópicas e Lineares dos Contratos Sociais	UFEs em Inglês	Frequência nos <i>corpora</i>	UFEs correspondentes em Português	Frequência nos <i>corpora</i>
DO OBJETO DA EMPRESA	<ul style="list-style-type: none"> • This Company is organized for the purpose of xxx. 	5	<ul style="list-style-type: none"> • A Sociedade fica constituída para o fim de xxx 	3
	<ul style="list-style-type: none"> • The purpose of the company is/shall be xxx 	15	<ul style="list-style-type: none"> • A Sociedade tem/terá como objetivo social xxx 	6
REPRESENTANTES DA EMPRESA	<ul style="list-style-type: none"> • The Registered Agent of the Company is xxx 	3	<ul style="list-style-type: none"> • O Representante Registrado/Autorizado da Sociedade é xxx, com endereço xxx 	4
	<ul style="list-style-type: none"> • The name of the company's Registered agent is xxx 	2		
DA ADMINISTRAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • The Company shall/will be managed by its manager/directors/the Board/the members 	6	<ul style="list-style-type: none"> • A Sociedade será administrada/gerida por seu gerente/ Conselho/sócios. 	2
	<ul style="list-style-type: none"> • The business and affairs of the Company shall/will be managed by its managers/directors/the Board/the members 	3	<ul style="list-style-type: none"> • Os negócios e assuntos da Sociedade serão administrados por seu gerente/Conselho/sócios. 	8
INÍCIO E DURAÇÃO DA SOCIEDADE	<ul style="list-style-type: none"> • The duration of the Company is/shall be unlimited/ perpetual. 	6	<ul style="list-style-type: none"> • A data da constituição será a data em que a Sociedade seja registrada junto à Secretaria de Estado de xxx. 	
	<ul style="list-style-type: none"> • The Company shall have an unlimited duration [...]. 	3	<ul style="list-style-type: none"> • A Sociedade funcionará por prazo indeterminado 	
DO CAPITAL SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> • The capital stock of the Company will/shall be xxx [...] 	6	<ul style="list-style-type: none"> • O capital inicial da Sociedade será de xxx [...] 	5
DAS RESPONSABILIDADES DOS SÓCIOS	<ul style="list-style-type: none"> • The liability of each member is limited to the amount of his shares [...] 	5	<ul style="list-style-type: none"> • A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas [...] 	5

[continua]

[continuação]

Estruturas Tópicas e Lineares dos Contratos Sociais	UFEs em Inglês	Frequência nos <i>corpora</i>	UFEs correspondentes em Português	Frequência nos <i>corpora</i>
DA RETIRADA DOS SÓCIOS	<ul style="list-style-type: none"> The members may by mutual consent fix a monthly compensation as Pro Labore. 	2	<ul style="list-style-type: none"> Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de “pró labore”. 	2
DOS LUCROS E PREJUÍZOS	<ul style="list-style-type: none"> Any profit or loss verified shall be distributed between the members, in proportion to the number of shares they hold. 	4	<ul style="list-style-type: none"> Cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados. 	3
EM CASO DE FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DOS SÓCIOS	<ul style="list-style-type: none"> In the event of the death or disability of any member, the Company shall continue to exist with the heirs and assigns of the deceased member. 	2	<ul style="list-style-type: none"> Falecendo ou interdito qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores. 	2
	<ul style="list-style-type: none"> In case of death, resignation or disability of any partners, the corporation shall not be liquidated 	4	<ul style="list-style-type: none"> Em caso de falência, renúncia ou incapacidade de qualquer um dos sócios, a sociedade não será liquidada. 	2
CLÁUSULAS ADICIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> Additional members may be admitted only with the unanimous written consent of the existing members of the Company. 	2	<ul style="list-style-type: none"> Outros sócios somente poderão ser admitidos com o consentimento unânime por escrito dos sócios existentes da Sociedade. 	2

Considerando a tabela acima, podemos atestar que as concepções de que as UFEs são expressões 1) formadas por várias palavras – podendo incluir conjuntos de frases –; 2) já estabelecidas; 3) convencionalizadas; 4) estáveis; 5) recorrentes; e 6) que apresentam possibilidade de inserção ou exclusão entre seus elementos são válidas.

Nesse sentido, tais características nos possibilitam, também, constatar a existência do gênero contrato social, uma vez que, conforme atestou Frade (2003) ao buscar caracterizar o gênero contrato escrito em inglês, o contrato, enquanto

prática social, “apresenta certas situações e ações recorrentes, convencionais e relativamente estáveis que se realizam lingüisticamente através de estratégias (meta)comunicativas de organização textual, sustentação de cooperação mútua e mitigação de conflitos”.

3. Considerações finais

No que se refere a uma maior aproximação entre Análise de Gênero e Lingüística de *Corpus*, a investigação aqui relatada mostra que a busca de evidências lexicais e do mapeamento das estruturas tópicas e lineares veio contribuir para uma melhor caracterização do gênero pesquisado.

Ao descrevermos os diversos conceitos sobre gêneros discursivos propostos por Bakhtin (2000), Swales (1990), Bhatia (1993) e Marcuschi (2002), pudemos constatar que cada autor traz sua colaboração para a nosso estudo.

Bakhtin (2000, p. 279), por defender que gêneros discursivos são “tipos relativamente estáveis de um enunciado” e que um gênero é concebido como enunciado responsivo, está de acordo com a idéia de linguagem como atividade interativa, sustentada pela perspectiva textual-interativa – um dos suportes teóricos desta pesquisa.

Swales (1990) contribui para nossa pesquisa, ao abordar que os gêneros estão inseridos em grupos de indivíduos, e foram criados a fim de atingirem objetivos discursivos exclusivos e específicos. Além dos objetivos, é importante ressaltar o fato de Swales afirmar que os *modelos de um gênero* exibem vários padrões de similaridade em termos de estrutura, estilo, conteúdo e público pretendido. Ademais, Swales também traz sua contribuição quando introduz o conceito de comunidades discursivas.

Bhatia (1993), por sua vez, mostra a relevância na identificação do propósito comunicativo ao tratar de um gênero textual, no sentido de que “determina escolhas específicas no âmbito das formas estruturais e léxico-gramaticais”.

Já Marcuschi (2002) chama a atenção para o aspecto de que os gêneros textuais surgem, situam-se, e integram-se, funcionalmente, nas culturas em que ocorrem.

Notamos que os contratos sociais analisados apresentam situações regularmente recorrentes, nas quais as pessoas interagem, embora não de forma tão explícita, desempenham certos papéis, possuem determinadas responsabilidades, e têm determinados direitos. Quando são representadas pela linguagem, essa

regularidade, bem como a convencionalidade das combinações das palavras empregadas fazem surgir, igualmente, regularidades nos textos produzidos nessa situação.

Dessa maneira, fica claro que, nesta investigação, a segmentação dos documentos estudados em estruturas tópicas e lineares, assim como o levantamento das UFEs presentes em cada estrutura demarcada, favorecem a caracterização do gênero contrato social, demonstrando o aspecto convencional não só do referido gênero, como também de qualquer outro gênero discursivo.

Ademais, pudemos atestar que a estruturação tópica serve realmente como fio condutor da organização textual-discursiva e que o tópico discursivo constitui um elemento fundamental na elaboração de um texto.

Sob o enfoque textual-interativo, foi possível estabelecer uma melhor visualização de como se organizam as estruturas tópicas e lineares de um contrato social.

Notas

¹ Vale observar que o termo *contrato social* pode corresponder, na língua inglesa, a *articles of incorporation*, *articles of association*, ou a *articles of organization*, de acordo com a forma jurídica da empresa ou sociedade a que se refere o documento.

² “[...] comprises a class of communicative events, the members of which share set of communicative purposes. These purposes are recognized by the expert members of the parent discourse community, and thereby constitute the rationale for the genre. This rationale shapes the schematic structure of the discourse and influences and constrains choice of content and style [...]. In addition to purpose, exemplars of a genre exhibit various patterns of similarity in terms of structure, style, content and intended audience. If all high probability expectations are realized, the exemplar will be viewed as prototypical by the parent discourse community”. [Todas as traduções serão de nossa responsabilidade].

³ “1) A discourse community has a broadly agreed-upon set of common public goals [...]; 2) A discourse community has mechanisms for intercommunication among its members [...]; 3) A discourse community uses its participatory mechanisms primarily to provide information and feedback [...]; 4) A discourse community utilizes and hence possesses one or more genres in the communicative furtherance of its aims [...]; (5) In addition to owning genres, a discourse community has acquired some specific lexis [...]; 6) A discourse community has a threshold number of members with suitable degrees of relevant content and discursual expertise”.

⁴ “[...] is a recognizable communicative event characterized by a set of communicative purpose(s) identified and mutually understood by the members of the professional or academic community in which it regularly occurs. Most often it is highly structured and conventionalizes with constraints on allowable contributions in terms of their intent, positioning, form and functional value. These constraints, however, are often exploited by the expert members of the discourse community to achieve private intentions within the framework of socially recognized purpose(s)”.

⁵ “[...] son unidades léxicas formadas por más de dos palabras gráficas en su límite inferior, cuyo límite superior se sitúa en el nivel de la oración compuesta”.

⁶ Segundo Berber Sardinha (2003), os termos tendem a ser empregados por grupos distintos. *Staging* é mais empregado na Análise de Gênero, enquanto *segmentação* é mais comum em estudos computacionais.

⁷ Somente há equivalente na tradução juramentada na direção português-inglês, uma vez que essa estrutura tópica não é encontrada em contratos sociais escritos em inglês, ou seja, não constam dados como estado civil, nacionalidade, profissão, documentos de identificação e endereço dos sócios da empresa em documentos do tipo contrato social nos Estados Unidos ou países de língua inglesa.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BROWN, G.; YULE, G. *Discourse analyses*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

BERBER SARDINHA, A. Análise de Gênero e Lingüística de Corpus: identificação das unidades internas do gênero por meio da padronização lexical. In: *DIRECT Papers 51*, 2003. Disponível em: <<http://www2.lael.pucsp.br/direct/DirectPapers51.pdf>>. Acesso em: 31/01/2007.

_____. *Lingüística de Corpus*. Barueri, SP: Editora Manole, 2004.

BEVILACQUA, C. R. *A fraseologia jurídico-ambiental*. 1996. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, 1996.

_____. *Unidades Fraseológicas Especializadas eventivas: descripción y reglas de formación en el ámbito de la energía solar*. 2004. Tese (Doutorado em Lingüística) – UPF, Universidad Pompeu Fabra, Espanha, 2004.

BEVILACQUA, C. R. Do domínio jurídico-ambiental: proposta de critérios para seleção e tratamento de unidades fraseológicas. In: KRIEGER, M. da G.; MACIEL, A. M. B. (Ed.). *Temas de terminología*. Porto Alegre/São Paulo: Editora Universidade/UFRGS/ Humanitas/USP, 2001. p. 98-105.

BHATIA, V. K. Genre analysis today. *Revue Belge de Philologie et d'Histoire*, v. 75, n. 3, p. 629-652, 1997.

_____. *Analysing genre*. London: Longman, 1993.

_____. Language of the Law. *Language Learning*, v. 20, n. 4, p. 227-231, 1987.

BNC. Disponível em: <<http://www.lexically.net/downloads/version4/downloading%20BNC.htm>>. Acesso em: 5 jan. 2008.

BRONSON, M. C. *Genre is a verb: research on academic writing in critical perspective*, 2001. Disponível em: <<http://www.enformy.com/BronsonQPwp.html>>. Acesso em: 29 jan. 2007.

CATUNDA, E. L. Suportes teóricos para análise de gêneros. Comunicação apresentada na VI Semana Universitária da UECE, 2001.

_____. A comunidade discursiva jurídica. Comunicação apresentada no III Congresso Internacional da Abralín. Rio de Janeiro, 2003.

CORPAS PASTOR, G.: *Manual de fraseología española*. Madrid: Gredos, 1996.

DINIZ, M. H. *Dicionário Jurídico*. São Paulo: Editora Saraiva, 1998. 4 v.

FÁVERO, L. L. O tópico discursivo. In: PRETI, D. (Org.). *Análise de textos orais*. São Paulo: Humanitas, 1993. p. 33-54.

FRADE, C. O discurso jurídico como prática Social. *Cadernos de Letras: Revista do Departamento de Letras Anglo-Germânicas*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, ano 18, n. 20, 2003.

GARNER, B. A. (Ed.). *Black's Law Dictionary*. St. Paul: West Group, 2004.

GIROUX, H. *Teoria crítica e resistência em educação*. Petrópolis: Vozes, 1986.

GOUADEC, D. Nature et traitement des entités phraséologiques. *Terminologie et phraséologie*. Acteurs et aménageurs. Actes du deuxième Université d'Automne en Terminologie. Paris: La Maison du Dictionnaire, p. 164-193, 1994.

HYLAND, K. *Disciplinary Discourse: social interactions in academic writing*: London: Longman, 2000.

JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. Campinas: Editora Unicamp, 2006. v.1.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Â. *et al. Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MARCUZZO, P. Um estudo de relatos de pesquisa em análise de gênero. Dissertação (Mestrado), 2006. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/desireemroth/dissertacoes/Disserta_oPatriciaMarcuzzoPPGL_UFSM.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2007.

MOREIRA, M. E. O. Gênero textual: alguns mecanismos de busca dos propósitos comunicativos. In: CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P. (Ed.). *Gêneros textuais e referência*. Fortaleza: Prottexto – UFC, 2004. CD-Rom.

RAIMES, A. Out of the woods: Emerging traditions in the teaching of writing. *TESOL Quarterly*, v. 25, n. 3, p. 407-430, 1991.

RODRIGUES, R. H. Análise de gêneros do discurso na teoria bakhtiniana: algumas questões teóricas e metodológicas. *Revista Linguagem em (Dis)curso*, v. 4, n. 2, jan./jun. 2004.

SILVA, De P. e. *Vocabulário Jurídico*. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

SWALES, J. M. *Genre analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. Rethinking genre: Another look at discourse community effects. Trabalho apresentado no colóquio *Rethinking Genre*. Carleton University, Ottawa, 1992.

_____. *Other floors, other voices: a textography of a small university building*. London: Lawrence Erlbaum, 1998.